

ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Loulé III - Carrasqueiro

ICNF 349/17

Proposta de Regulamento Interno

CAPÍTULO I

Natureza e Objetivos da ZIF

Artigo 1º (Natureza)

A Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Caldeirão/Loulé III – Carrasqueiro é uma área territorial contínua, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF). É gerida por uma única entidade, que se rege pelo presente Regulamento Interno, pelas deliberações da Assembleia-Geral de Aderentes, bem como pelas disposições aplicáveis pelo Decreto-Lei N.º 127/2005 de 5 de Agosto, na sua atual redação.

Artigo 2º (Objeto)

O presente Regulamento Interno define os objetivos específicos da ZIF da Serra do Caldeirão/Loulé III – Carrasqueiro, estabelece os deveres e direitos dos proprietários e produtores florestais aderentes, as regras de funcionamento da ZIF, os direitos e deveres da Entidade Gestora.

Artigo 3º (Objetivos)

Tem como principais objetivos:

1. Contribuir para o ordenamento da Serra do Caldeirão no sentido de alcançar uma gestão mais eficiente e sustentada dos vários recursos florestais;
2. Contribuir para a caracterização e continuidade do conhecimento do espaço florestal da Serra do Caldeirão;

3. Planear e coordenar as ações de âmbito agro-florestal e de uso-múltiplo que se realizem no espaço da ZIF;
4. Contribuir para a redução das condições de ignição e propagação dos incêndios florestais;
5. Incrementar a vigilância do espaço florestal na época de maior risco de incêndio;
6. Incentivar e ajudar os proprietários na recuperação das suas propriedades ardidas, de acordo com as melhores práticas florestais;
7. Coordenar as ações da ZIF com as disposições de outros agentes no território, nomeadamente com a administração local e central;
8. Contribuir para a implantação de infra-estruturas de prevenção e combate a incêndios florestais.
9. Procurar canalizar incentivos financeiros que viabilizem os objetivos referidos nos pontos anteriores.

Artigo 4º (Área de Intervenção)

A área de intervenção da ZIF, que corresponde a uma área de 3979,85 hectares, está incluída na freguesia de Salir, concelho de Loulé distrito de Faro, conforme mapa em anexo.

CAPÍTULO II

Gestão da ZIF

Artigo 5º (Entidade Gestora da ZIF)

A nomeação da Entidade Gestora da ZIF será decidida pelos proprietários florestais aderentes, em reunião a realizar posteriormente. A entidade gestora irá ser responsável por assegurar a gestão da ZIF por um mandato de cinco anos, sendo posteriormente sujeita a nova aprovação podendo este mandato ser sucessivamente renovado por períodos idênticos ou diferentes, mediante deliberação da Assembleia-Geral de Aderentes.

Artigo 6º (Responsabilidades da Entidade Gestora)

São responsabilidades da entidade gestora:

- a) Promover a gestão profissional conjunta das propriedades que a integram;
- b) Promover a concertação dos interesses dos proprietários florestais;
- c) Elaborar de um PGF para a área ZIF;
- d) Apresentar candidaturas para o financiamento de âmbito comunitário e/ou nacional;
- e) Elaborar outros elementos estruturantes para a ZIF, que constam do artigo 14º do Decreto-Lei 127/2005 na sua atual redação;
- f) Recolher, organizar e divulgar os dados e informações relevantes da ZIF;
- g) Garantir a coordenação das atividades comuns;
- h) Promover a regularização do inventário da estrutura da propriedade na ZIF e a regularização dos respetivos elementos de registo;
- i) Colaborar com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios na preparação e execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) e no Plano Operacional Municipal (POM);
- j) Colaborar com outras entidades públicas ou privadas de idêntico âmbito territorial ou funcional;
- k) Apresentar anualmente em Assembleia-Geral de Aderentes o plano anual de atividades e o relatório e contas;
- l) Promover reuniões de Assembleia-Geral de Aderentes da ZIF sempre que seja necessário atualizar os planos da alínea c) do presente artigo;
- m) Cumprir as regras e procedimentos estabelecidos no regulamento interno de funcionamento da ZIF.

Artigo 7º (Gestão da ZIF)

A constituição da ZIF, não interferindo com os direitos de propriedade, deve possibilitar a gestão integrada das propriedades, de forma a repartir custos e maximizar meios.

A gestão da ZIF será feita com base no PGF. Esta gestão pretende ordenar os espaços, viabilizar economicamente as explorações agro-florestais e garantir a sustentabilidade desses espaços. A execução destes planos é da responsabilidade dos proprietários, exceto se tal responsabilidade for cometida à Entidade Gestora mediante acordo entre as partes.

Artigo 8º (Plano de Gestão Florestal)

A gestão da ZIF será orientada segundo um PGF, de carácter obrigatório, que deverá ser elaborado pela Entidade Gestora da ZIF e subscrito pelos proprietários aderentes. Este Plano será elaborado segundo o disposto no Decreto-Lei nº 16/2009 de 14 de Janeiro na sua atual redação, deverá seguir as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Algarve, atender aos instrumentos municipais e especiais de ordenamento do território e respeitar os interesses dos proprietários florestais.

CAPÍTULO III

Receitas e Despesas

Artigo 9º (Receitas)

Constituem receitas da ZIF:

- a) Jóias/Quotas dos aderentes, cujo valor foi aprovado em Assembleia-Geral de Aderentes, definem-se pelos seguintes valores, a pagar mensalmente pelos proprietários com propriedades dentro da ZIF: 1€ para proprietários com 0 a 5 hectares, 1,5€ para proprietários com 5 a 10 hectares, 2€ para proprietários com 10 a 20 hectares, 2,5€ para proprietários com 20 a 50 hectares e 3€ para proprietários com áreas superiores a 50 hectares, sendo estes valores aprovados para um período mínimo de um ano, podendo posteriormente ser alterados em Assembleia-geral de Aderentes;
- b) Subsídios, financiamentos de apoio à floresta, doações ou quaisquer outros bens que sejam postos à sua disposição por organismos estatais, entidades públicas ou privadas, aderentes ou quaisquer outras pessoas singulares ou coletivas;
- c) Contribuições financeiras dos aderentes, bem como, prémios, incentivos e outras receitas que lhes sejam atribuídas nos termos da lei e das condições definidas no presente regulamento interno;

d) 10% do produto das coimas resultantes das infrações cometidas em ZIF, sempre que a Entidade Gestora dê notícia ai ICNF de situações que indiciem a prática de contra ordenações previstas no Dec-Lei 127/2006 de 5 de Agosto na sua atual redação.

Artigo 10º (Despesas)

Constituem despesas da ZIF:

- a) Todas as decorrentes do exercício das suas atividades de ordenamento, gestão e exploração florestal, ou outras iniciativas consoante as intenções da Entidade Gestora e as decisões tomadas em Assembleia-Geral de Aderentes;
- b) As compensações aos proprietários florestais pela perda de rendimento, devido a infra-estruturas obrigatórias e decorrentes dos planos aprovados que atravessem as suas propriedades. Os termos da compensação são definidos em Assembleia-Geral de Aderentes, aquando da aprovação da execução das infra-estruturas em causa;
- c) Os encargos que derivem da adesão da ZIF a Federações ou outros organismos;
- d) As despesas que lhe forem impostas pela lei vigente.

Artigo 11º (Fundo Comum)

- a) O Fundo Comum é constituído pelas receitas referidas no Artigo 9º.
- b) O Fundo Comum visa fazer face às despesas referidas no Artigo 10º.
- c) Ao Fundo Comum corresponde uma conta bancária aberta em nome da Entidade Gestora.

CAPÍTULO IV

Adesão à ZIF

Artigo 12º (Proprietários Aderentes)

- a) Poderão ser Aderentes todas as pessoas singulares ou coletivas, que sejam proprietários ou produtores florestais, desde que possuam propriedades inseridas na área ZIF e cuja atuação não seja incompatível com os objetivos preconizados.
- b) O não cumprimento do Regulamento Interno, do PGF pode implicar a exclusão da ZIF, mediante aprovação em Assembleia-Geral de Aderentes, conforme votação definida pelo Artigo 19º.

Artigo 13º (Admissão de Aderentes)

- a) Os proprietários e produtores florestais que pretendam aderir à ZIF deverão solicitar por escrito a admissão à Entidade Gestora;

b) A admissão de proprietários e produtores florestais é da competência da Entidade Gestora e de acordo com decisão aprovada em Assembleia-Geral de Aderentes. A admissão deverá ser celebrada por escrito.

Artigo 14º (Jóia/Quotização)

a) Todos os aderentes ficam sujeitos ao pagamento de uma jóia/quota com valor a fixar em Assembleia-Geral de Aderentes;

b) Os critérios para o cálculo do valor da jóia/quota de cada aderente serão definidos e aprovados em Assembleia-Geral de Aderentes.

Artigo 15º (Direitos e Deveres dos Aderentes)

a) São deveres dos aderentes:

1. Participar ativamente na Assembleia-Geral de Aderentes e apresentar à Entidade Gestora propostas de ações concretas, sugestões, pedidos de informação e esclarecimento, entre outras;
2. A regularização do inventário da estrutura das suas propriedades e dos respetivos elementos de registo, enquanto parcelas integrantes da ZIF;
3. Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente o consignado no presente Regulamento ou em Assembleia-Geral de Aderentes;
4. Participar ativamente na vida associativa, comparecendo às reuniões da Assembleia-Geral de Aderentes, colaborando com a Entidade Gestora, trabalhando em comissões e grupos de trabalho, apresentando propostas e sugestões de ações concretas a desenvolver pela mesma, colaborando nas ações e contribuindo por qualquer forma ao seu alcance para o prestígio da ZIF;
5. Cumprir o PGF;
6. Cumprir os Planos Específicos de Intervenção Floresta;
7. Respeitar a existência de marcos divisionais das propriedades;
8. Cumprir o pagamento da jóia/quota estipulado.

b) São direitos dos aderentes:

1. A possível transação das suas propriedades (e partilha pelos seus herdeiros), transferindo-se, obviamente, os direitos e as obrigações para o novo proprietário;
3. Recorrer à Assembleia-Geral de Aderentes, de qualquer decisão da Entidade Gestora;
4. O respeito pela existência de marcos divisionais das propriedades;

5. Beneficiar das ajudas de âmbito nacional e comunitário que forem aprovadas para a ZIF, desde que enquadrado na candidatura;
6. Possuir o direito de votar nas decisões do funcionamento da ZIF, desde que tenha os seus deveres cumpridos.

Artigo 16º (Assembleia Geral de Aderentes)

- a) A Assembleia-Geral de Aderentes é constituída pela totalidade dos Aderentes, sendo o órgão supremo da ZIF, cujas deliberações, tomadas nos termos legais e regulamentares, são vinculativas;
- b) O sistema de votação foi definido e aprovado na primeira Assembleia-Geral de Aderentes, regendo-se a partir deste momento pelo art.º 19 do presente Regulamento;
- c) A Assembleia-Geral de Aderentes reúne ordinariamente até 31 de Março de cada ano para a apreciação e votação do Relatório e Contas apresentado pela Entidade Gestora e no mês de Dezembro para apreciação e votação do Orçamento e Plano de atividades para o exercício seguinte;
- d) A Assembleia-Geral de Aderentes reúne extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa por sua iniciativa, a pedido da Entidade Gestora e ainda quando requerida por um quinto dos Aderentes;
- e) Os Aderentes são convocados para a Assembleia-Geral de Aderentes, pelo Presidente da Mesa, com pelo menos dez dias de antecedência;
- f) Quando à hora marcada não estiverem presentes pelo menos metade dos Aderentes com direito a voto, a Assembleia reúne, validamente, com qualquer número de Aderentes, trinta minutos após a referida hora.

Artigo 17º (Mesa da Assembleia Geral de Aderentes)

- a) A Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes é formada por três elementos: Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- b) Os elementos da Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes só podem ser eleitos desde que possuam os seus deveres cumpridos;
- c) A Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes é eleita por votação dos Aderentes em Assembleia-Geral, sendo o mandato por períodos de 5 anos;

d) Os elementos da Mesa da Assembleia-Geral podem ser destituídos por pedido de pelo menos dois terços dos Aderentes.

e) A Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes tem como funções: Convocar as Assembleias-Gerais de Aderentes; Dirigir os trabalhos das Assembleias-Gerais e assegurar a ordem e disciplina das mesmas.

Artigo 18º (Sistema de Votação)

- a) A eleição da Mesa da Assembleia-Geral de Aderentes e a admissão de novos Aderentes realiza-se por votação direta, sendo aprovado pela maioria dos proprietários aderentes presentes; enquanto a exclusão de Aderentes realiza-se por voto secreto, sendo igualmente aprovado pela maioria dos proprietários aderentes presentes;
- b) A aprovação e alteração do Regulamento Interno realiza-se por votação direta e conforme estabelecido no Artigo 23º;
- c) Aprovação e Alteração do Plano de Gestão Florestal e Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios realiza-se por votação direta, em que cada proprietário aderente presente tem direito a 1 voto, exceto quando possui procuração de outro aderente dando-lhe poder de representação e votação. As propostas são aprovadas pela maioria dos votantes presentes.
- d) Aprovação de outras propostas com deliberação pela Assembleia-Geral de Aderentes realiza-se do mesmo modo que o disposto na alínea c) deste artigo.

CAPÍTULO V

Duração e Extinção da ZIF

Artigo 19º (Duração)

A ZIF tem uma duração de cinco anos, automaticamente renovável por período semelhante e assim sucessivamente por tempo indeterminado.

Artigo 20º (Alteração e Extinção)

- a) A área territorial da ZIF pode ser objeto de alteração com uma periodicidade não inferior a um ano;
- b) A ZIF pode ser extinta por iniciativa dos aderentes, devendo estes representar, no mínimo, 50% da área da ZIF;

c) Os proprietários florestais que decidam sair da ZIF podem fazê-lo após aprovação de um PGF pela Autoridade Florestal Nacional;

d) A alteração e a extinção da ZIF são objeto de despacho do Presidente da Autoridade Florestal Nacional;

f) Em caso de dissolução, a Entidade Gestora ficará confinada à prática dos atos necessários à ultimate das atividades pendentes de compromissos assumidos e de liquidação do património social;

g) Em caso de dissolução, o património da ZIF terá o destino que lhe for traçado pela Assembleia-Geral de Aderentes, em concordância com a lei vigente.

Artigo 21º (Disposições Legais)

A ZIF reger-se-á pelas regras estabelecidas neste Regulamento e na sua falta, pelas disposições legais aplicáveis e subsidiárias.

Artigo 22º (Aprovação do Regulamento Interno)

a) O presente regulamento interno foi apresentado na primeira Assembleia-Geral de Aderentes realizada e sujeito a votação na segunda Assembleia-geral de Aderentes.

b) A sua aprovação necessita da votação favorável da maioria relativa dos aderentes presentes na Assembleia-geral de Aderentes.

c) O presente regulamento pode ser alterado mediante deliberação da Assembleia-Geral de Aderentes, aprovada pela maioria dos votos a que a totalidade dos proprietários florestais aderentes tenham direito.
